

O "eco" da ideologia

por

Bento de Lima

Todos mordemos a isca, acreditando que a Rio-92 devesse tratar essencialmente de problemas ecológicos. E ela o fará também. Contudo, não se pode esquecer que a presente conferência se insere historicamente no processo denominado nova ordem mundial. Isto revela que o tipo de vinculação que as Nações Unidas estão construindo com o tema ecológico é de natureza política e não apenas técnica ou burocrática. Assim, é preciso reconhecer a Rio-92 como uma conferência de fundação de um novo paradigma legitimador do poder exercido sobre o planeta como um todo. Já não basta o ideário iluminista, uma vez que o próprio humanismo perderia sentido diante de um esgotamento bioplanetário. E sobre esse mecanismo, que se pode considerar como política simbólica, que este artigo deseja levantar algumas considerações.

A verdade é que culturalmente a catástrofe já aconteceu. De Hiroshima a Chernobyl, constata-se que o poder escapou das mãos humanas para abrigar-se na dimensão semi-autônoma do acaso das falhas técnicas. No atual modelo civilizatório, estas não constituem apenas erro mecânico ou ineficiência momentânea, mas são fruto da própria supereficiência, quando desorientada pela falta de uma teleologia, ou seja, de um sentido global. Quando o erro habita o próprio sucesso, estamos diante da catástrofe, do ponto de mutação, da ruptura com o velho e da esperança pelo novo.

Deve-se considerar a expressão desenvolvimento auto-sustentável como mera retórica apologética do poder insistente numa forma de civilização incompatível com o futuro? Trata-se de maquiavelismo dos poderosos ou inocência dos impotentes? Será mesmo em torno de uma preocupação ecológica que tantas diversidades políticas se agregam? A honestidade do comprometimento com a causa ecológica exige uma radical mudança da idéia que faz de si o homem, tanto como subjetividade pessoal quanto como manifestação especial de um planeta vivo.

Para melhor compreender os liames do homem com a cultura onde se define e com o meio ambiente em que se insere, é oportuno compreender as diferentes etapas da relação natureza e cultura. Nos tempos arcaicos, o homem mantinha com o planeta uma relação igual àquela de qualquer outro animal, apenas o experimentando e sentindo. Depois dessa fase, o homem começou a dar significados às sensações que lhe provocava o mundo. E, de alguma forma, a reconhecer o meio ambiente como sendo um outro de si.

Com a observação dos astros, surge um novo ponto de vista, um novo *locus* a partir do qual o homem começa a pensar o meio ambiente. A Terra passa a ser o ambiente dos homens, de modo ainda mais consciente, opondo-se ao céu, ambiente dos astros e dos deuses. Com o surgimento do monoteísmo, o meio celeste torna-se metáfora do divino e não mais sua expressão concreta; desse modo o homem conquista o céu para dentro das fronteiras do meio ambiente humano, ampliando-as agora a todo o universo, medievalmente finito e, enfim, modernamente infinito.

Essa infinitude resulta na mitologia futurista da expansão interplanetária e contamina psicologicamente o homem com relação ao seu meio imediato e concreto que, na verdade e na prática, é limitado, no máximo, à amplitude da própria Terra, exceto para alguns "kryptonianos" adeptos da descartabilidade do planeta. Essa postura ideológica reflete-se como crença tácita na inexauribilidade dos recursos do meio ambiente, cujo resultado é o atual desequilíbrio ecológico.

O mecanismo lógico-afetivo, pelo qual o discurso ecológico pode tentar dar limites ao meio ambiente e redimensioná-lo nas vizinhanças do hábitat humano, corresponde estruturalmente ao discurso teológico da encarnação do Verbo de Deus. Complementarmente à formulação dogmática cristã: "E o Verbo de Deus se fez carne e habitou entre nós", os ecologistas radicais irão pronunciar algo como: "E o Verbo de Deus se fez planeta e nós habitamos n'Ele". Não será difícil encontrar em Teilhard de Chardin uma fundamentação teológica para essa passagem da dimensão antropológica para a cósmica; mas aqui não se trata de uma profissão cristã, apenas de ressaltar que, sejam quais forem os substratos culturais inoculados pela visão ecológica, o resultado será sempre o mesmo: a Terra deixa de ser coisa para adquirir pessoalidade.

Tal processo significa o reconhecimento de uma vontade planetária que não é necessariamente coincidente com as vontades humanas quer individuais quer coletivas. O chamado equilíbrio ecológico torna-se, por isso, padrão de Logos, de ordem cósmica, passando a exprimir a vontade do planeta. Nesse jogo de apropriação de uma vontade hegemônica, há de decidir-se o futuro das representações dos discursos políticos. Daí o perigo do discurso ecológico ser cooptado e transformado no próprio padrão de legitimação do poder. O famoso mote "para o bem do povo," permanente justificativa ética legitimante da prática do domínio, encontra-se carcomido e desacreditado. Parece vir em sua substituição um novo mote: "para o bem do planeta".

Essa passagem ideológica traz uma carga psicossocial que pode aflorar como religiosidade altamente politizada, que se há de caracterizar por uma oposição ao poder hegemônico.

No século XXI, a verdadeira, autêntica e necessária revolução ecológica constituirá a grande força de antagonismo político àqueles que hipocritamente irão defender a ecologia para, assim, haurir legitimidade. O mais angustiante desafio será distinguir a sinceridade de propósitos entre grupos de discursos formalmente semelhantes. As forças revolucionárias da Era de Aquário sonharão uma humanidade a serviço do planeta, dedicadas a restaurar o equilíbrio rompido, mudando radicalmente os objetivos do homem e implodindo o individualismo egocêntrico. As forças reacionárias serão identificadas pelo reformismo, entregando os anéis para conservarem os dedos, em nociva delonga do processo de sintonia homem-planeta. A revolução ecológica não precisa de líderes nem de agentes, ocorrerá dentro de cada indivíduo, pois é a própria mutação que se impõe.

A irrupção na história da personalidade do planeta Terra, como concreção de uma transcendência e como sujeito de direito, desafia toda mediação institucionalizada com o sagrado e com o poder, exigindo do cidadão uma religião com o cosmos e um compromisso histórico com a civilização que deve ajudar a construir. Amplia-se enormemente a cidadania que se eleva à condição de curadoria do planeta e este torna-se fundamento psicológico e metafísico da identidade da espécie humana transmutada. O homem velho finda e o chumbo renasce como ouro.